

Dança das Cadeiras

Economia - Brasil
A ciranda financeira em torno da caderneta de poupança é duplamente surpreendente. No Primeiro Mundo uma inflação mensal de 40% a 42% caracterizaria a fronteira da hiperinflação. E levaria à fuga da moeda nacional rumo ao dólar e outras moedas fortes. Numa prova de que a economia brasileira desafia a lógica, esses números promovem uma corrida em massa à velha caderneta de poupança.

Os investidores foram atraídos por remunerações nominais de 50%. Numa demonstração coletiva de que não mede sacrifícios para vencer a inflação, o brasileiro vendeu dólares e resgatou outras aplicações em busca do lucro real estimado entre 5% e 7%. Contrariando os livros-textos sobre os sinais indicativos de fases pré-hiperinflacionárias, e a própria valorização do dólar nos mercados internacionais, o paralelo vem caindo no Brasil, com deságio de 7% em relação ao dólar comercial na terça-feira.

Tudo o que está acontecendo no mercado reflete a excitação dos agentes econômicos em relação aos novos patamares da inflação. A remuneração recorde da poupança é consequência das altas projeções inflacionárias feitas pelos consultores econômicos. Como desde o governo Collor a remuneração da poupança trocou a inflação passada pela taxa da TR (que embute expectativas inflacionárias e as taxas de juros dos CDBs), os investidores tiveram o rendimento ajustado à marcha contemporânea dos preços e ainda passaram a ser remunerados quando a aplicação completa os 30 dias de carência nos fins de semana ou feriados.

O alto ganho real da poupança pôs o sistema financeiro diante de grave dilema: como os bancos recolhem 15% dos depósitos ao Banco Central, sob a forma de encaixe compulsório, sobram 85% dos recursos para serem aplicados em ativos que rendam acima dos 50% que as cadernetas vão pagar aos poupadores. O caminho natural dos bancos foi buscar aplicações de alta remuneração e liquidez para atender ao resgate em 30 dias, e nada melhor para isso do que os títulos públicos federais.

A rápida introdução da URV poderia ser a solução para evitar essa dança das cadeiras nas aplicações financeiras, com uma consequência perversa: sempre que pára a música é o Tesouro Nacional que paga o pito. O Tesouro está sendo forçado pelo sistema financeiro a vender títulos com alto ganho acima da inflação para lastrear as cadernetas. Como ocorreu em fevereiro de 1990, quando as cadernetas se apresentaram com rendimento altamente favorável em relação a outros investimentos, devido aos feriados do carnaval, o Tesouro acaba pagando a conta.

O fato de que maior parte dos recursos da poupança estava lastreada em títulos do Tesouro foi o motivo que levou o governo Collor a também congelar as cadernetas. Não há razão para temer a repetição da história, mas o Banco Central deve estudar nova remuneração para a poupança, a partir da aplicação da URV como indexador.

A corrida alucinada entre os vários preços da economia — que se materializa na ciranda financeira e na inversão total de valores que leva um forno de brinquedo a custar 50% mais caro do que um forno de verdade — só faz aumentar a responsabilidade do Congresso na urgente apreciação do plano econômico do governo, para detonar a austeridade e inverter expectativas inflacionárias.

Os deputados, porém, não parecem preocupados com os graves sintomas da hiperinflação que bate às portas da nação. Continuam mais empenhados em cuidar dos próprios interesses — seja querendo livrar a responsabilidade pessoal e coletiva pelo escândalo da CPI do Orçamento, ou preparando o terreno para a reeleição a 3 de outubro.

A aposta coletiva nos altos rendimentos da poupança — decorrentes da própria escalada da taxa inflacionária — não deixa de ser um sintoma da falta de consciência coletiva em torno dos males da inflação. Os países que venceram a inflação o fizeram com largo sacrifício e espírito de união; nunca comemorando índices crescentes de inflação.